

**A HEGEMONIA IDEOLÓGICA DO CONCEITO DE AGRONEGÓCIO
COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PRIORITÁRIO PARA O
ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: NOTAS PARA UM DEBATE**

Marcos Antônio de Souza

Universidade Estadual de Londrina

E-mail: geomarcos86@yahoo.com.br

Resumo

Nas últimas décadas tem sido evidente o protagonismo das políticas públicas voltadas para consolidar o agronegócio como modelo prioritário de desenvolvimento para o campo brasileiro, num contexto em que o formato e a estrutura da produção da agropecuária capitalista tem sido o instrumento de inserção das elites agrárias rentistas ao capitalismo mundializado. Assim, o conceito de agronegócio tem sido comumente evocado como sendo sinônimo de eficiência produtiva no campo brasileiro, assenhorando-se de toda a produção agropecuária, capaz de assegurar os resultados positivos da economia nacional, apresentando tais resultados como justificativa para os volumosos aportes creditícios que lhe são outorgados, bem como para a manutenção do latifúndio improdutivo, o que acaba estrategicamente postergando continuamente qualquer iniciativa de Reforma Agrária no Brasil. Nesse contexto, este artigo busca analisar os pilares que sustentam a hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo prioritário para o espaço agrário brasileiro, apresentando as contradições e o elevado custo social deste formato e estrutura de produção agropecuária.

Palavras-chave: Agronegócio; Agropecuária capitalista; Agricultura familiar; Reprimarização da economia, Renda da terra

**THE IDEOLOGICAL HEGEMONY OF THE AGRIBUSINESS
CONCEPT AS A MODEL OF PRIORITY DEVELOPMENT FOR THE
BRAZILIAN AGRARIAN SPACE: NOTES FOR A DEBATE**

Abstract

In recent decades it has been evident that public policies aimed at consolidating agribusiness as a priority development model for the Brazilian countryside, in a context in which the format and the structure of the production of capitalist agriculture have been the instrument of insertion of rentier agrarian elites to globalized capitalism. Thus, the concept of agribusiness has been commonly referred to as synonymous with productive efficiency in the Brazilian countryside, taking advantage of all agricultural production, capable of ensuring the positive results of the national economy, presenting such results as justification for the large credit contributions that are granted, as well as for the maintenance of large unproductive properties, which ends up strategically postponing continuously any initiative of Agrarian Reform in Brazil. In this context, this article seeks to analyze the pillars that support the ideological hegemony of the concept of agribusiness as a priority model for Brazilian agrarian space, presenting the contradictions and high social cost of this format and structure of agricultural production.

Key words: Agribusiness, Capitalist farming, Family farming, Rente of land, Reprimarization of the economy.

Introdução

A eleição de Lula em 2002, distante de significar uma ruptura com as políticas de cunho neoliberal, provocou na verdade uma considerável alteração no pacto de poder engendrado na década de 1990, que priorizava a aliança de determinadas frações de classe com o capital internacional, uma vez que marcou a ascensão política da grande burguesia interna brasileira, que atua nos setores da mineração, da construção civil, do agronegócio, da indústria de construção naval, da indústria de transformação, dentre outros (BOITO JÚNIOR, 2012, p. 89).

Nesse contexto, no campo econômico, as ações do Estado estiveram norteadas pela adoção de uma série de medidas em prol das grandes corporações capitalistas nacionais, sendo aqueles vinculados a agropecuária capitalista um dos principais focos de uma política voltada ao fortalecimento destas frações de classe, de modo a integrarem suas ações no âmbito da produção capitalista mundializada.

Esta estratégia de desenvolvimento socioeconômico adotada pelo governo brasileiro nas primeiras décadas deste século, manteve o agronegócio como modelo prioritário de desenvolvimento para o campo brasileiro, a despeito do comando político do país se apresentar como representante dos trabalhadores do campo e da cidade.

O Estado, atuando como o comando político destes capitalistas, disponibilizou bilhões de reais em aportes creditícios para estes grupos, que modernizaram e aumentaram a capacidade produtiva de suas instalações, empreenderam fusões e aquisições, tornando-se gigantes oligopólios nos seus ramos de atuação, sendo esta estratégia bastante explícita no caso da agropecuária, nos setores de carnes, de grãos e no sucroenergético.

Com efeito, esta estratégia que priorizou o setor primário como motor de desenvolvimento da economia nacional fora temporariamente beneficiada pelo cenário externo, onde o denominado “*superciclo das commodities*” garantiu resultados macroeconômicos favoráveis, o que por sua vez seguiu reforçando a posição que o país tem ocupado na Divisão Internacional do Trabalho, consolidando uma dependência cada vez maior das exportações de produtos primários, num explícito e retrógrado processo de reprimarização da economia.

Assim, o conceito de agronegócio persiste sendo comumente evocado como sendo sinônimo de eficiência produtiva no campo brasileiro, assenhorando-se de toda a produção agropecuária, propalando ser capaz de assegurar os resultados positivos da

economia nacional, apresentando tais resultados como justificativa para os volumosos aportes creditícios que lhe são outorgados, bem como para a manutenção do latifúndio improdutivo, o que acaba estrategicamente postergando continuamente qualquer iniciativa de Reforma Agrária no Brasil.

Nesse contexto, este artigo busca analisar os pilares que sustentam a hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo prioritário para o espaço agrário brasileiro, apresentando as contradições e o elevado custo social deste formato e estrutura de produção agropecuária.

O agronegócio como modelo de desenvolvimento para o espaço agrário brasileiro

Formatação Geral

O termo agronegócio¹ faz parte do cotidiano dos brasileiros desde a década de 1990, sendo comumente evocado para apresentar-se como o espaço produtivo por excelência no setor agropecuário (FERNANDES, 2010, p. 01).

Desde então, vem sendo associado à representação ideológica que o trata como o formato e estrutura da produção responsável pelos dividendos da agropecuária, que supera recordes de produção e produtividade a cada safra, que garante o equilíbrio da balança comercial brasileira, assim como a produção de alimentos, sendo ainda para os segmentos dominantes da sociedade uma via de desenvolvimento para o país. (FABRINI, 2008, p. 36).

Para Fernandes (2010, p. 02), apesar do termo agronegócio ser relativamente novo e utilizado para designar o modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista, o seu *modus operandi* remonta às *plantations* do período colonial, passando por adaptações e modificações inerentes às diferentes etapas do modo capitalista de produção.

Mas ao contrário de significar apenas um termo para designar a agricultura capitalista, o autor irá sentenciar que o agronegócio é ainda,

[...] uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista [...]. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias (FERNANDES, 2010, p.02).

¹ O termo agronegócio deriva das conceituações teóricas de Ray Goldberg e John Davis (1955) que denominaram de *agribusiness* a “(...) soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, as operações de produção nas unidades agrícolas, e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles”.

Nessa mesma vertente, Canuto (2004, p. 02-03) aponta que o agronegócio é apenas um novo nome para uma velha estrutura, buscando concretar a sua hegemonia no espaço agrário, uma vez que os avanços tecnológicos aplicados à produção agropecuária conseguiram ampliar as receitas econômicas graças ao incremento da produção e da produtividade, embora essa constatação não tenha significado “ [...] qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo”.

Nesse contexto, Porto-Gonçalves (2008, p.334) irá chamar atenção para a atuação de um complexo técnico-científico-industrial-financeiro-midiático em torno do conceito de agronegócio, onde a superioridade do negócio agrícola capitalista em detrimento de outras formas de produção no campo é tida como uma máxima incontestada, numa naturalização da superação da “agri (cultura)” pelo “agro (negócio)”.

Martins (1981, p. 176-177) já demonstrara com propriedade a oposição entre terra de trabalho e terra de negócio, onde a primeira caracterização diz respeito à terra como instrumento de trabalho e sustento do camponês e de sua família, enquanto que na segunda, a terra emerge como sendo a base de um empreendimento tipicamente capitalista, onde a reprodução ampliada do capital aí investido pode ser traduzida como sendo o objetivo último deste tipo de exploração.

Nas palavras de Oliveira (2007, p.147) esta oposição pode ser descrita ainda como sendo aquela em que de um lado está a milenar atividade econômica produtora de alimentos necessários à vida humana, e de outro a produção de commodities, principalmente aquelas que permitam ao empresário agrícola auferir uma maior renda fundiária com a sua produção.

É muito comum, por exemplo, se deparar com esta confusão conceitual propositada entre agricultura e agronegócio, como se o negócio agrícola capitalista pudesse ser reduzido ao trabalho na terra e a produção de gêneros agropecuários, quando na verdade os dados apontam uma incongruência entre o que o agronegócio quer aparentar ser e o que ele realmente é.

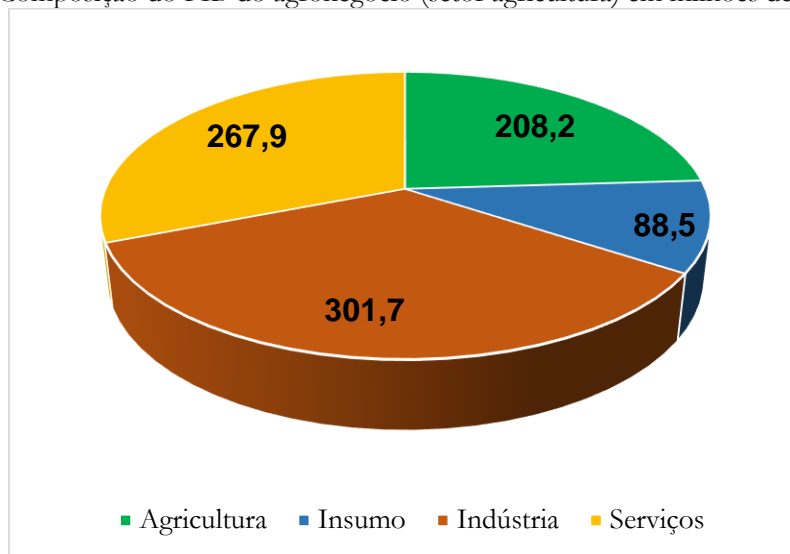
Outra construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia. [...] A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é

privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola. (FERNANDES, 2010, p. 02-03).

E isto fica bastante explícito, quando por exemplo, a CNA – Confederação Nacional da Agricultura -, divulga que o agronegócio foi responsável em 2015 por 23% do PIB brasileiro, o que equivaleria a um montante de R\$ 1,357 trilhão de reais, sem evidenciar que na composição destes dividendos encontram-se incluídos os resultados de outras formas e estruturas produtivas existentes no campo, ocultadas por um termo conceitual que se apropria do valor total da produção agropecuária.

Não obstante, apesar da expressividade quantitativa dos valores auferidos pelo autodenominado agronegócio, chama a atenção que apenas uma pequena parte deste valor - (24,2%) - é oriundo da produção agrícola propriamente dita, sendo a maior contribuição da composição do PIB oriunda das atividades “fora da porteira”. (Gráfico 01).

Gráfico 01. Composição do PIB do agronegócio (setor agricultura) em milhões de reais em 2015



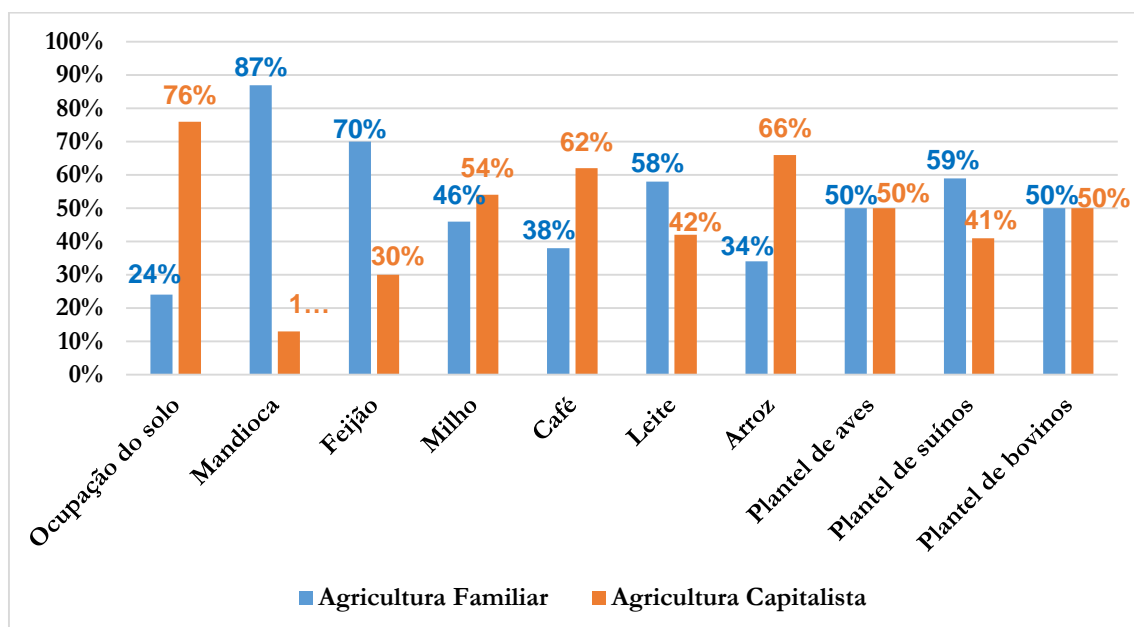
Fonte: CEPEA, 2016.

Por outro lado, os dados do último Censo Agropecuário apontam que apesar da agricultura capitalista controlar 76% das terras ocupadas no Brasil, a chamada agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos no país, além de obter uma maior produtividade em uma série de atividades agropecuárias, levando-se em consideração a área ocupada e a participação na produção nacional de vários itens. (IBGE, 2009, p. 20).

Como assevera Fernandes (2010, p. 02), “estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária como se fosse o único produtor do país”, embora os dados censitários revelem que mesmo controlando apenas 24% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários do Brasil, outros modelos de produção respondem por mais de 40% do valor total da produção agropecuária nacional.

O gráfico a seguir retrata comparativamente a participação da agricultura familiar e da agricultura capitalista na ocupação do solo e na produção agropecuária:

Gráfico 02. Participação na ocupação do solo e na produção agropecuária por modelos de produção



Fonte: IBGE, 2009

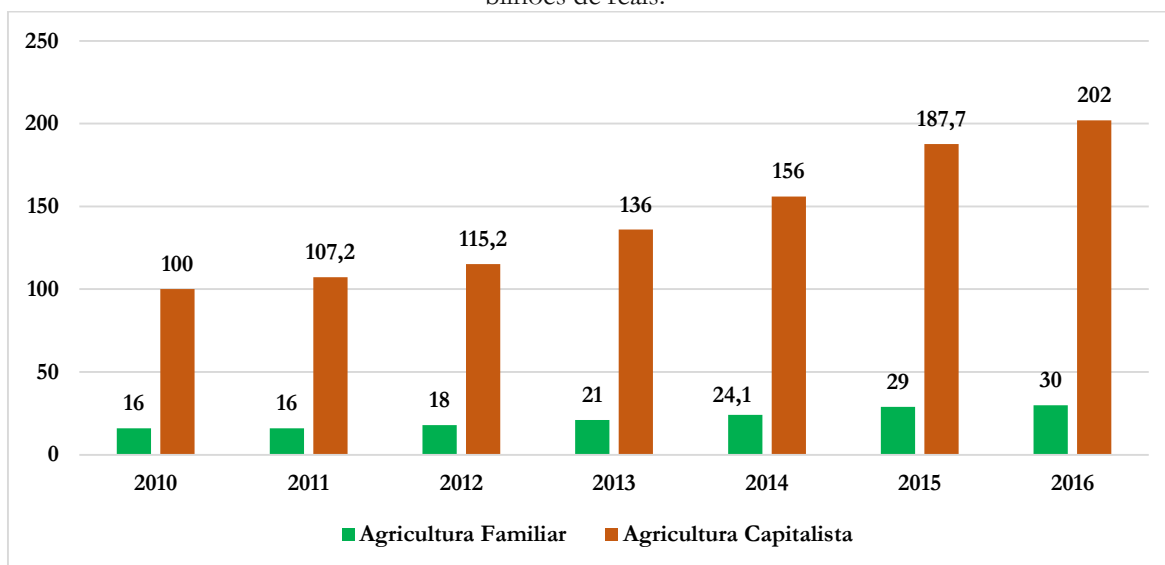
E isto sem contar que os dados censitários revelam que a mão de obra predominante no espaço agrário brasileiro é de origem familiar (GIRARDI, 2010, s/p.), concentrando de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, 78% do pessoal ocupado no campo, o que evidencia uma enorme contradição para um formato e estrutura de produção que além de controlar a maior parte da área agricultável do país, acaba sendo beneficiado pela maior parte dos recursos financeiros das políticas territoriais do Estado voltadas à produção agropecuária, conforme demonstram os dados arrolados no Gráfico 03.

Se por um lado o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento aponta que para cada R\$ 1,00 investido há um valor adicionado gerado pela agropecuária de R\$ 3,03 (MAPA, 2015, s/p.), por outro, é possível estabelecer uma relação entre os recursos

públicos destinados ao financiamento da agricultura capitalista com o valor total da produção agropecuária brasileira, que foi de 476 bilhões de reais em 2015.

Partindo-se da premissa de que de acordo com o IBGE (2009, p. 23), a agricultura familiar tem respondido nas últimas duas décadas por aproximadamente 40% do valor da produção agropecuária brasileira, dos 476 bilhões de reais obtidos em 2015, a agricultura capitalista seria responsável por aproximadamente 285 bilhões de reais para um financiamento captado do Plano Agrícola e Pecuário da ordem de 156 bilhões.

Gráfico 03. Distribuição dos recursos do Plano Safra entre as safras 2010/2011 à 2016/2017 em bilhões de reais.



Fonte: MAPA, 2016.

E isto representa dizer que a cada R\$ 1,00 investido na agricultura capitalista na modalidade de subsídios governamentais, há a geração de apenas R\$ 0,83, num contexto em que essa mesma relação salta para R\$ 6,95 no caso da agricultura familiar, o que contradiz fortemente o discurso da eficiência produtiva propalada por este tipo de produção atrelada à cadeia produtiva do agronegócio.

Quando se analisa o valor da produção pela área ocupada se verifica mais uma vez que a agricultura de base empresarial possui um aproveitamento inferior ao da agricultura familiar, num contexto em que o último Censo Agropecuário revelou que a agricultura capitalista produziu² apenas R\$358/ha frente aos R\$ 677/ha da agricultura familiar. (IBGE, 2009, p.41).

² Tendo como base o Valor Bruto da Produção.

Por outro lado, apesar de ser clara a vantagem da agropecuária capitalista na captação de recursos públicos em comparação com outros modelos de produção do campo, é importante ressaltar que o agronegócio tem se beneficiado da isenção de vários impostos mediante a atuação da bancada ruralista do Congresso Nacional, que tem aprovado uma série de leis nesse sentido, como a Lei Kandir de 1996 (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996), que

[...] isentou do pagamento do ICMS os produtos primários e os produtos industrializados e semielaborados destinados à exportação. [...] Além da isenção de ICMS, a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, estabeleceu alíquota zero nas contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nos casos incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de adubos ou fertilizantes, defensivos agropecuários, sementes, corretivo de solo de origem mineral, entre outros insumos ao setor agropecuário. Em 2014, a Bancada Ruralista levou à votação a Medida Provisória (MP) nº 615, de 2013, transformada na Lei nº 12.865. Com ela, passou a ser prevista a isenção da cobrança de 9,25% do PIS e da Cofins na venda da soja para todos os fins comerciais. Essa desoneração beneficia indústrias, cooperativas e cerealistas que recebem soja nos processos de comercialização. Além da destinação de recursos para o agronegócio extensivo e da isenção de impostos, a evasão, sonegação e elisão fiscal também estão associadas à concentração de terras. Segundo o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), o setor agrícola ocupa o décimo lugar entre os maiores devedores com a União, com um montante de R\$ 19 bilhões em dívidas. De acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em 2015, 18.602 pessoas físicas e jurídicas possuíam dívidas de mais de R\$ 10 milhões com a União. Juntas, essas dívidas somavam R\$ 1,2 trilhões. Entre os devedores, 4.013 pessoas físicas e jurídicas, também detentoras de terras, possuíam dívida acima de R\$ 50 milhões – totalizando mais de R\$ 906 bilhões em impostos devidos. Na contramão de uma possível cobrança desses e outros débitos, o Executivo Federal editou a Medida Provisória nº 733, em 15 de junho de 2016 (aprovada no Senado em 20 de agosto de 2016), concedendo mais uma facilidade. A MP permite que produtores rurais inscritos em Dívida Ativa da União e com débitos originários das operações da securitização e do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) liquidem o saldo devedor com bônus entre 60% a 95%, dependendo do valor da dívida. Por exemplo, dívidas acima de R\$ 1 milhão devem ter descontos de 65%. As regras da MP também preveem a suspensão do ajuizamento e do prosseguimento das execuções fiscais em andamento até o final de 2017, segundo informações da PGFN. (OXFAM, 2016, p. 17-18).

Nesta mesma vertente, Paulino (2007, p.111-112) irá sustentar que,

Embora grande parte dos recursos destinados à agricultura acabe nas mãos dos grandes proprietários, é esse segmento que engrossa uma dívida que se arrasta ano a ano. [...] E como trata-se de uma dívida sistematicamente rolada, novamente os ruralistas mobilizaram-se para

garantir novas rolagens e mais crédito em conta. [...]. Como a bancada ruralista é, desde sempre, maioria no Congresso Nacional, sistematicamente vem conseguindo impor suas demandas. A partir de uma negociação com o governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2000 os grandes produtores conseguiram que as dívidas só começassem a ser pagas cinco anos depois de contraídas, obtendo um prazo de até 25 anos para saldarem os compromissos. [...] em 2002, outro acordo estipulou novos subsídios e juros fixos de 3% ao ano, enquanto a taxa Selic, que regula os índices de juros no país, oscilava entre 15 e 20%. A diferença, a chamada equalização de juros, passou a ser bancada pelos cofres públicos e ter o Tesouro Nacional, que nada mais é que a reserva de dividendos formada a partir da arrecadação de impostos da população, como avalista. Ou seja, se os produtores não pagarem a dívida, cabe ao governo fazê-lo. Portanto, essa é uma evidência da estratégia de socialização das perdas por meio do acesso ao fundo público. O rentismo [...] tem aí uma de suas melhores expressões, pois a manutenção da grande propriedade tornou-se um dos caminhos privilegiados para o acesso aos recursos públicos.

Diante de tais constatações, o discurso da eficiência produtiva do agronegócio brasileiro fica bastante fragilizado, uma vez que mesmo tendo acesso a maior parte dos recursos públicos disponibilizados para a produção agropecuária, gozar de isenções tributárias que abarcam todas as suas cadeias produtivas, além de ser caracterizado pela inadimplência das volumosas dívidas contraídas, que têm sido historicamente roladas, este modelo de produção agropecuária não tem obtido resultados superiores a outros formatos e estruturas de produção do campo, que por ora não tem estado na agenda política prioritária dos governos, conforme abordado anteriormente.

Não obstante, e corroborando o esboroamento de tal eficiência produtiva de que alega ser portador o agronegócio brasileiro, estão os dados de desempenho da produção mundial de *commodities*, onde o país lidera os *rankings* de produção de algumas culturas, mas ocupa posições de pouca expressividade quando se trata da produtividade³, o que vem ratificar o fato de que a agropecuária capitalista, vinculada à cadeia produtiva do agronegócio, vem operando com baixa produtividade se levados em conta os padrões internacionais. (Tabela 01).

³ São vários os fatores que contribuem para os índices de produtividade. No entanto, chama a atenção que países da África e do Oriente Médio, com características edafoclimáticas menos favoráveis à produção agropecuária, apresentem índices de produtividade superiores aos do Brasil.

Tabela 01. Desempenho brasileiro na produção e produtividade de culturas agropecuárias selecionadas

Cultura agropecuária	Posição no ranking global da produção	Posição no ranking global da produtividade
Arroz	9°	32°
Cana-de-açúcar	1°	23°
Milho	3°	48°
Soja	2°	9°
Total da produção de cereais	5°	36°
Gado bovino	1°	41°

Fonte: FAO, 2013.

A eficiência produtiva pode ser colocada em xeque ainda diante do fato de que nos últimos Planos Safra do Governo Federal, o volume de recursos destinados ao financiamento da agricultura capitalista nunca tenha ficado abaixo de 85% do total disponibilizado para todo o setor agropecuário, esse modelo de produção sempre se encontra na iminência de graves crises, o que aponta para uma realidade onde,

A carência e cobrança de intervenções políticas/estatais indicam que o agronegócio não possui sustentabilidade econômica como quer fazer crer não somente os agronegociantes, mas também as mídias e teóricos comprometidos com a causa deste segmento dominante da sociedade. Paradoxalmente, para garantir sustentabilidade e eficiência econômica o agronegócio demanda do Estado uma série de intervenções e garantias. (FABRINI, 2008, p. 40).

Barros (2006, p. 12) elucida que além do fato de a agricultura comercial capitalista estar inserida no mercado global, e portanto sujeito às oscilações de mercado⁴, as crises tendem a se repetir ciclicamente, uma vez que os empresários rurais ao se beneficiarem dos altos preços das *commodities*, aumentam seus investimentos, assumindo novas dívidas para fazer crescer a produção, resultando num desequilíbrio entre oferta e demanda e consequentemente diminuindo a rentabilidade justamente no período de maior volume produzido.

E contraditoriamente os empresários agropecuários brasileiros irão demandar ações por parte do Estado no sentido de salvaguardar o setor produtivo frente as oscilações de mercado e as crises recorrentes, ao mesmo passo em que Oliveira (2003, p. 114) aponta que o agronegócio, - em nome da defesa do livre mercado-, seguirá demandando o fim dos subsídios agropecuários dos países desenvolvidos para que a produção atinja o mercado global.

⁴ De acordo com Fabrini (2008, p.39), o “agronegócio, inserido no mercado capitalista global, vive ciclos de expansão e retração [...]. Neste sentido, para que o agronegócio não fique sujeito a momentos de euforia e depressão, as intervenções do Estado são defendidas como necessárias para garantir estabilidade ao setor”.

Estas constatações expõem a fragilidade do agronegócio enquanto modelo prioritário de desenvolvimento para o espaço agrário, num contexto em que se de fato a eficiência produtiva fosse um atributo inerente ao agronegócio, o Estado não necessitaria garantir a estabilidade ao setor, ou melhor, o conjunto da sociedade é quem acaba arcando com o elevado custo social deste formato e estrutura de produção agropecuária.

Isto torna evidente o exposto por Fernandes (2010, p.03-04), para quem o agronegócio tem procurado representar a imagem da produtividade e da geração de riquezas para o país, mas na verdade o conteúdo do projeto social que lhe fundamenta está atrelado à concentração e à exploração, onde “o agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação. Tudo o que está fora deste espaço é sugado pela ideologia do agronegócio”.

Ideologia esta que fora engendrada para criar a figura do latifúndio produtivo (FERNANDES, 2010, p.04), partindo-se da premissa que historicamente o termo latifúndio fora ligado automaticamente à exploração do trabalho, à concentração fundiária, às relações de dominação e ao atraso político e econômico do país.

Não seria exagero retórico afirmar que a contradição existente entre a modernidade e a eficiência produtiva - da qual o agronegócio proclama ser portador -, e a perpetuação da barbárie⁵ no espaço agrário brasileiro do século XXI, apresenta condições análogas aos primórdios da formação socioespacial do Brasil e de sua economia.

Nessa mesma vertente, Porto Gonçalves (2008, p. 27) sustenta que o agronegócio,

[...] que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre: (1) as grandes corporações financeiras internacionais; (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes; (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias; e (4) os grandes latifúndios exportadores de grãos. Esses latifúndios produtivos são, mutatis mutandis, tão modernos como o foram as grandes fazendas e seus engenhos de produção da principal commodity dos séculos XVI e XVII: a cana-de-açúcar, no Brasil e nas Antilhas. À época não havia nada de mais moderno.

⁵ Oliveira (2003, p. 115) aponta que mesmo apresentando uma “roupagem moderna”, o agronegócio tem intensificado os conflitos no campo, a exploração do trabalho e a concentração fundiária, assim como causando uma série de problemas ambientais.

É nesse contexto que Oliveira (2003, p.115) irá atrelar o agronegócio à modernidade e à barbárie, sendo estas últimas “[...] duas faces de uma mesma moeda”.

A esse respeito, Harvey (2006, p.01) irá sentenciar que processos predatórios, que inclusive se processam através da intervenção estatal estão “[...] longe de se restringirem a um momento encerrado na pré-história do capitalismo, constituem, ao lado da reprodução ampliada, um dos eixos fundamentais da expansão deste modo de produção [...]”.

Não é por mera coincidência que por mais que se busque apresentar como o modelo de desenvolvimento por excelência para o campo, não se dissociou das consequências nefastas do latifúndio improdutivo, pois como já advertira Fernandes (2010, p.04) “[...] não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo”.

Se antes o latifúndio excluía pela improdutividade, agora o agronegócio exclui pela produtividade, conforme atestam Fabrini (2008, p.36), Canuto (2004, p.06-07), Fernandes (2010, p.04) e Porto Gonçalves (2004, p. 224), concentrando além da terra, as tecnologias de produção e as políticas públicas de desenvolvimento.

Assim,

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. [...] A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada. (FERNANDES, 2010, p. 04-05).

Ao analisar a posição que o Brasil ocupa no capitalismo mundializado, Oliveira (2003, p. 120) chama atenção para o fato de que a agricultura comercial capitalista e suas commodities têm sido a forma pela qual a elite econômica brasileira tem se inserido ao capital mundial, buscando seus “[...] ganhos máximos onde existir quem queira comprar”.

É nesse contexto que o autor irá sentenciar que a agricultura capitalista, ao produzir prioritariamente para o mercado externo, acaba sujeitando a sua produção à lógica

e aos ditames do mercado internacional, fazendo com que ao mesmo tempo que bata recordes de produção, de produtividade e no volume das exportações, contraditoriamente contribui para obstaculizar o efetivo desenvolvimento econômico do país.

Não obstante, as tantas vezes evocadas vantagens comparativas do agronegócio brasileiro na competição internacional têm sido motivo de verdadeiras barbáries no campo, pois estas têm estado fortemente associadas à concentração fundiária (e todas as formas possíveis e imagináveis para deter o controle da terra), à exploração do trabalho e do meio ambiente.

Para identificar a lógica do agronegócio como sinônimo de “produção para o mundo”, Oliveira (2003, p. 120-122) faz uma análise de dados da balança comercial brasileira, o que resulta em um exercício interessante para se compreender como o Brasil tem se inserido no capitalismo mundial através do agronegócio e quais as consequências desse processo para o conjunto da sociedade.

O autor aponta que a lógica que rege a produção do agronegócio tem sido aquela ditada pelo mercado global, que por sua vez subjugava a produção nacional e a organização do espaço produtivo interno:

O Brasil do campo moderno, desta forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável, regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. [...]. Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) [...] de larga possibilidade de produção no próprio país. [...] Mas o mercado é implacável. Ele cada vez mais não se regula ao nacional. Mundializado ele mundializa o nacional. Destrói suas bases e lança o país nas teias das redes capitalistas mundial. [...] A medida em que o país exporta alguns produtos agrícolas, obriga-se a importar outros. (OLIVEIRA, 2003, p.120-122).

Atualizando os dados arrolados por Oliveira (2003, p. 120-122), em 2014 o setor agropecuário brasileiro⁶ exportou US\$ 96,7 bilhões, o que representou 42,9% de todas as exportações brasileiras, um volume 147% maior do que o alcançado em 2004. (MDIC, 2015, s/p.).

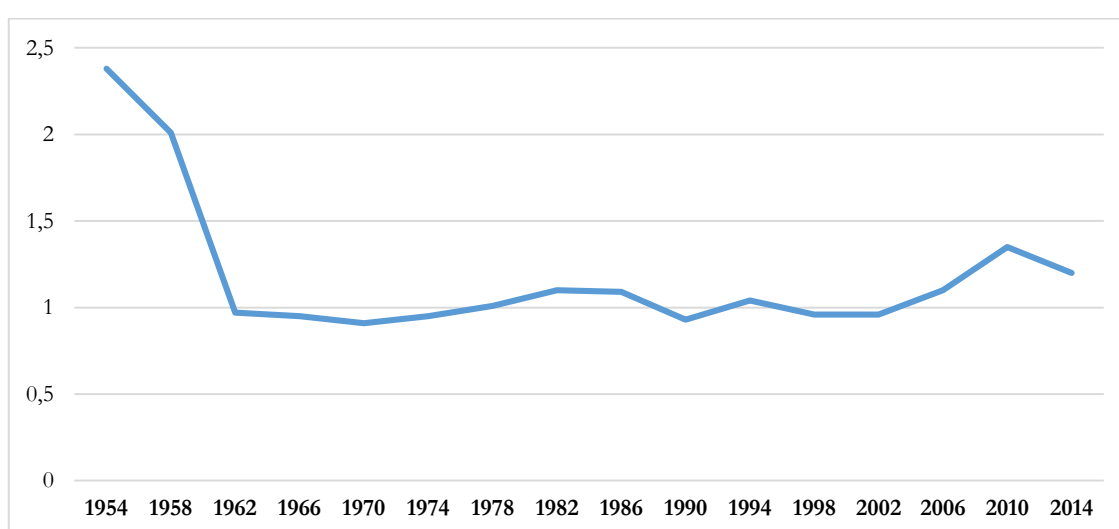
Do ponto de vista da balança comercial, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio aponta que o saldo do setor agropecuário foi de mais de US\$ 80

⁶ Aqui leia-se toda a produção agropecuária, num contexto em que comumente os organismos estatais, a mídia e as entidades de classe da agropecuária capitalista creditam ao agronegócio.

bilhões de superávit, enquanto que a economia brasileira como um todo apresentou um déficit de US\$ 3,9 bilhões.

Na liderança das exportações esteve o complexo da soja, com US\$ 31,6 bilhões exportados em 2014, seguido pelo de carnes, cujas exportações somaram US\$ 17,4 bilhões, e pelo complexo sucroenergético, com US\$ 10,3 bilhões em vendas ao exterior. Juntos, esses três setores⁷ foram responsáveis por 71,3% das exportações do agronegócio⁸ e 31% do total das exportações brasileiras em 2014. (MDIC, 2015, s/p.).

Gráfico 04. Participação percentual do Brasil no comércio internacional entre 1954 e 2014.



Fonte: MDIC, 2015

Dando relevância apenas ao caráter quantitativo do agronegócio, tem-se a visão aparente de um Brasil moderno, capaz de converter-se no “celeiro do mundo”, mas em uma análise mais atenta emerge um país essencialmente dependente das exportações de *commodities* e todas as consequências advindas dos seus turbulentos mercados, com uma pauta de exportação similar à da década de 1980 e com um percentual de participação no

⁷ A soja foi responsável em 2014 por 32,4% das exportações do agronegócio e por 13,7% das exportações brasileiras. O complexo das carnes respondeu por 17,9% das exportações do agronegócio e 7,5% das exportações nacionais. Já o setor sucroenergético contribuiu com 11% das exportações do agronegócio e com 4,4% das exportações brasileiras.

⁸ Outros setores que mais contribuíram para as exportações do agronegócio em 2014 foram os produtos florestais (US\$ 9,9 bilhões), o café (US\$ 6,6 bilhões), os cereais (US\$ 4,6 bilhões), o fumo e seus derivados (US\$ 2,5 bilhões), dentre outros (MDIC, 2015, s/p.).

comércio mundial quase 50% inferior à que possuía em 1950⁹ (MDIC, 2015, s/p.), mesmo com o agronegócio batendo recordes e mais recordes nas exportações. (Gráfico 04).

Essa dependência da economia brasileira das exportações de *commodities* fica evidente no último relatório da UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento¹⁰, que aponta que 65% do valor total auferido pelo comércio exterior brasileiro é produto da venda de produtos primários, sendo esta tendência crescente nos últimos anos no âmbito de uma alta nos preços das *commodities*. (UNCTAD, 2015, p.131).

Nesse contexto, Delgado (2010, p.105) irá sentenciar que o arranjo econômico da política exterior brasileira das últimas décadas, baseado na reprimarização da pauta de exportações, tem produzido uma série de consequências sociais e econômicas, o que por sua vez tem contribuído significativamente para impor limitações ao desenvolvimento do país como um todo, uma vez que estaria o “[...] pacto do agronegócio se espraiando pelo conjunto da economia, e impondo cada vez mais uma estratégia privada e estatal de perseguição da renda fundiária como diretriz principal de acumulação do capital ao conjunto da economia”.

Nessa mesma vertente, Carneiro¹¹ (2012, p.07), aponta que a dependência dos países que baseiam sua pauta de exportação nas *commodities* estaria vinculada à

[...] capacidade de gerar periodicamente altas rendas [...] associados aos ciclos de preços típicos desses produtos. A natureza da produção de *commodities* e seus ciclos de preços têm sérias implicações sobre os países produtores por meio da valorização da moeda local, acarretando o desestímulo às outras atividades [...] ocasionando uma especialização ulterior [...] A especialização na produção das *commodities* e seus malefícios decorreriam de dois problemas distintos: do declínio a longo prazo dos termos de intercâmbio associados à perda de valor real dos preços das *commodities* [...] e da excessiva volatilidade desses preços no curto e médio prazos. [...] Essas características teriam implicações desfavoráveis sobre o desenvolvimento de países especializados na produção de *commodities*.

⁹ De acordo com o MDIC (2015, s/p.) em 1950 o Brasil foi responsável por 2,4% do comércio mundial, enquanto que em 2014 o país respondeu apenas por 1,2% do total das importações/exportações globais.

¹⁰ Relatório da UNCTAD intitulado *The State of Commodity Dependence*, publicado em 2015.

¹¹ Carneiro (2012, p.11) aponta que comparando os países dependentes das exportações de *commodities* com os demais, nota-se claramente uma superioridade e uma maior solidez macroeconômica.

Não obstante, Delgado (2010, p.02) irá sentenciar que a estratégia do agronegócio como responsável pelo equilíbrio da balança comercial esconde a fragilidade da própria economia brasileira, em uma lógica em que,

[...] o agronegócio é responsável pelo equilíbrio externo, gerando as divisas que nos suprem de dólares para pagar o déficit na conta corrente com o exterior. Isto é verdade. Mas é verdade também que, por esta estratégia com que o agronegócio se viabiliza, e que lhe confere tanto poder na conjuntura, a economia nacional não sai do lugar. Significa dizer que, cresce o agronegócio, mas esse crescimento precisa ser compensado pelo decréscimo de outrem. Dentro do modelo atual de ajuste macroeconômico, os dólares que entram pelas exportações, transformados em Reais, não podem se propagar para o conjunto da economia, gerando um autêntico efeito de impulsão sobre a demanda interna.

Por outro lado, Oliveira (2003, p.122) chama atenção para o fato de que observando os dados do comércio exterior brasileiro pode-se verificar a lógica perversa do mercado na qual se insere o agronegócio, que tem atuado no sentido de transformar a agricultura em um negócio rentável e regulado pelo mercado internacional, capaz de fazer com que “o país produz e exporta a comida que falta nos pratos da maioria dos trabalhadores brasileiros”.

Apesar de na última década ter ocorrido no Brasil uma melhoria nos indicadores de distribuição de renda, e mais recentemente o país ter sido retirado do Mapa da Fome da ONU, dados da última PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios referente à segurança alimentar realizada em 2014 pelo IBGE, apontam que 52 milhões de brasileiros encontram-se em situação de insegurança alimentar, levando-se em consideração a quantidade, a qualidade e a expectativa de restrições alimentares em um futuro próximo. (IBGE, 2014, s/p.).

De acordo com dados do MDIC (2015, s/p.), enquanto o agronegócio nacional alega ter produzido um PIB¹² superior ao de mais de 155 países do globo em 2015, o Brasil teve que importar uma série de produtos que compõem a cesta básica brasileira, num contexto em que contraditoriamente estes produtos estão presentes na pauta de exportações do Brasil.

Assim ocorreu com o arroz, o feijão, o leite, o trigo e as frutas por exemplo. É no mínimo contraditório constatar que o país do agronegócio moderno, o “celeiro do mundo” numa visão ufanista, tem importado num ritmo crescente bananas, laranjas (mesmo o país

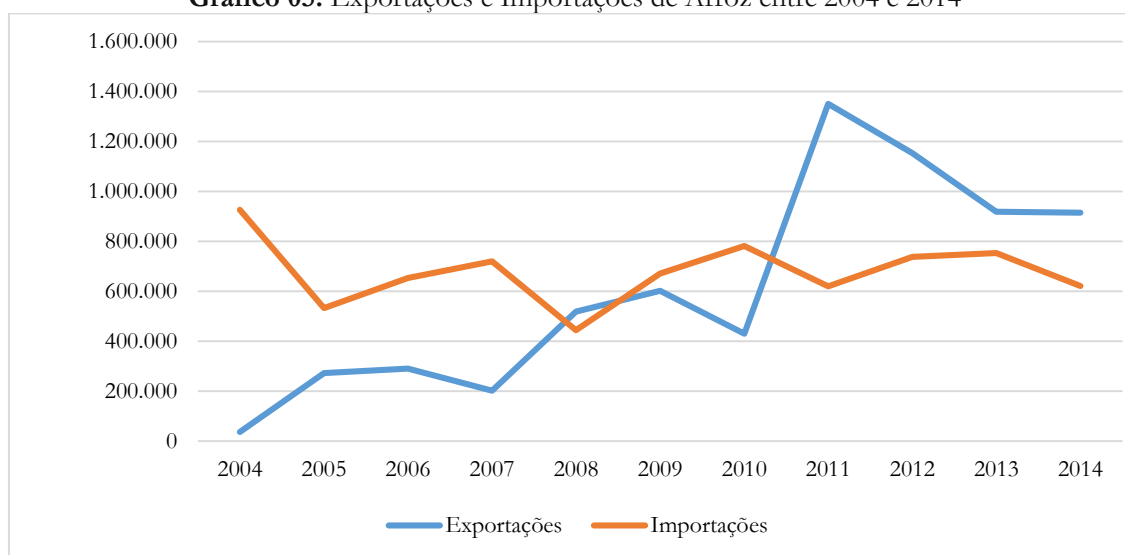
¹² Aqui leia-se toda a agropecuária.

sendo o maior produtor mundial de suco de laranja do planeta), coco, limões, mangas, abacaxi, castanha de caju, milho e leite em pó.

Nesse contexto, Oliveira (2003, p. 122) assevera que, “quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar”.

E é nessa lógica que as exportações brasileiras de arroz aumentaram 2.240% entre 2004 e 2014, passando de 36 para 914 mil toneladas, ao passo que as importações sofreram um incremento de 16,5% nesse mesmo período. (Gráfico 05).

Gráfico 05. Exportações e Importações de Arroz entre 2004 e 2014

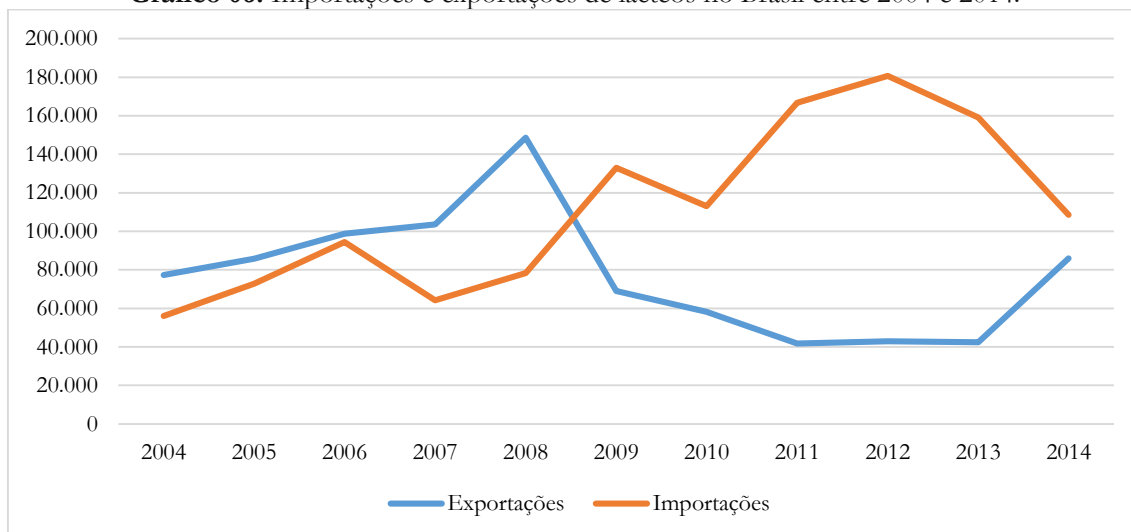


Fonte: MDIC, 2015.

A evolução dos preços explica esse comportamento, uma vez que nesse período, a tonelada desse cereal passou de US\$ 207 para US\$ 428 no mercado internacional. (MDIC, 2015, s/p.).

De acordo com o Ministério da Agricultura o Brasil possui a 5ª maior produção de leite do mundo, mas necessitou importar 53 mil toneladas de leite em pó em 2014, ao passo que exportou aproximadamente 40 mil toneladas. (Gráfico 06).

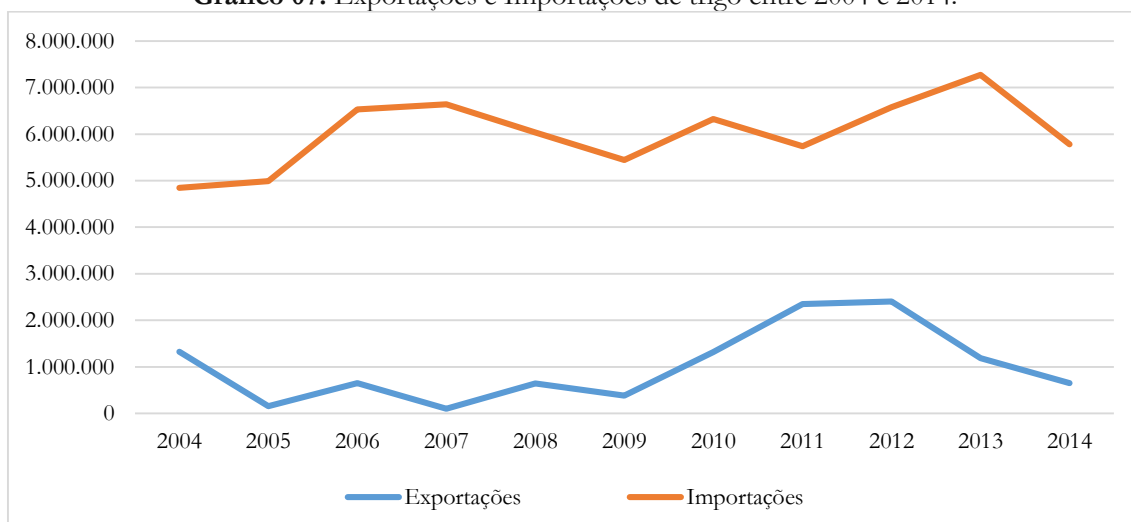
Gráfico 06. Importações e exportações de lácteos no Brasil entre 2004 e 2014.



Fonte: MDIC, 2015.

Chama atenção ainda o fato de o país da eficiência produtiva do agronegócio ter de recorrer à importação de produtos lácteos no montante de meio bilhão de dólares para atender a demanda interna em um país que é exportador desses mesmos produtos e líder global no *ranking* do plantel de rebanhos bovinos. (MDIC, 2015, s/p.).

Gráfico 07. Exportações e Importações de trigo entre 2004 e 2014.



Fonte: MDIC, 2015.

Até mesmo o cereal de maior volume importado pelo país, que é o trigo, faz parte da pauta de exportações brasileiras, chegando a ser exportado nas safras de 2011 e 2012 mais de 2 milhões de toneladas, enquanto que o volume importado de trigo atingiu 5,7 e 6,5 milhões respectivamente. (Gráfico 07).

Assim, o agronegócio possui uma lógica adversa do interesse social, sendo esta relacionada com a cotação das *commodities* no mercado internacional, o que orienta toda a estrutura produtiva do setor a efetivar uma prática que objetive utilizar o máximo das chamadas “vantagens comparativas” e disputar as fatias mais rentáveis do mercado global.

É por isso que por mais moderno que possa aparentar ser, não consegue desvencilhar sua imagem daquilo que lhe dá fundamento, que o torna competitivo: a exploração do trabalho, a concentração da terra e das políticas de desenvolvimento agropecuário, mostrando a perpetuação do latifúndio e todas as suas reverberações socioespaciais.

Independente do setor do agronegócio, esta lógica tende ser a mesma, uma vez que todas comungam de um mesmo formato e estrutura de produção, cujo objetivo é o mesmo de qualquer empresa capitalista, ou seja, o lucro, a extração da renda da terra¹³, a reprodução ampliada do capital dos empresários rurais.

E para isso, a produção agropecuária torna-se um negócio, onde as culturas agrícolas e a atividade pecuária devem se adequar às exigências ditadas pelo mercado, excluindo os obstáculos que se interponham aos objetivos do agroempresariado.

Assim, soja, trigo, cana, milho, o gado bovino, suíno, as aves, etc, adquirem primeiramente o *status de commodities*, mercadorias cujo valor passa a ser definido no mercado bursátil nacional ou internacional, para logo após converterem-se em opções totalizantes de alimentação das populações humana e animal, radicadas nos mais diversos pontos da geografia global com poder de compra para tal.

Não é demais recordar que seguindo essa mesma lógica, não serão poucos os países com alto índice de desnutrição e carências alimentares, que contraditoriamente são importantes exportadores de produtos agrícolas (FAO, 2014, s/p.), pois a cadeia produtiva do agronegócio possui nos países ditos subdesenvolvidos e emergentes a tendência histórica da primazia econômica, concentrando a terra, os investimentos dos recursos financeiros dos governos, em detrimento dos interesses das populações.

Nesse contexto, o agronegócio torna-se benéfico apenas para o reduzidíssimo grupo dos detentores do capital, que atuam com o interesse de reproduzi-lo amplamente, e ao fazê-lo reproduzem também as condições para que este processo não seja finito, o que

¹³ No caso da empresa agropecuária capitalista.

explica modernidade e barbárie convivendo dialeticamente no espaço geográfico onde se territorializam.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho ficou evidente que o agronegócio, por mais que sustente sua produção em modernas bases técnicas, não tem conseguido escamotear o arcaico caráter rentista no qual continua se fundamentando em pleno século XXI, onde a terra tem sido colocada para produzir somente nas condições em que há garantias asseguradas de retorno financeiro (BELLENTANI, 2014, p.166), daí o sucesso da persistente pressão dos empresários rurais sobre o Estado por mais recursos públicos.

Nesse contexto, o Estado, magistralmente conceituado por Meszáros (2011, p.) como sendo o comando político do capital, tem atuado no sentido de salvaguardar os interesses das classes dominantes, assumindo assim o papel de potencializador da eficiência dessas classes em extrair a renda fundiária, financiando e subsidiando todas as etapas do processo produtivo, executando políticas territoriais e atuando no sentido de viabilizar a continuidade da conjuntura favorável para a acumulação capitalista. Não obstante, mesmo diante de todas essas ações, caso a rentabilidade não atinja os patamares prognosticados, o Estado atua no sentido de atender as demandas setoriais dos capitalistas, para que estes não tenham perdas financeiras.

Assiste-se, desta forma, a sujeição da renda da terra ao capital, onde a terra de trabalho se converte em terra de negócio (MARTINS, 1980, p.59), costumeiramente beneficiada pelas políticas territoriais do Estado, que historicamente estimularam a economia agroexportadora em detrimento de modelos de produção agropecuária mais sustentáveis.

A materialização das desigualdades, da exploração, da expulsão de outros formatos de produção do campo em prol da constituição de um projeto baseado nesta sujeição da renda da terra ao capital é o que tem provocado um reordenamento territorial no espaço agrário brasileiro, notadamente marcado pelas disputas territoriais, pela luta e pela resistência de distintas formas de produzir, de se trabalhar na terra.

Com efeito, o controle da terra acaba se tornando uma das estratégias privilegiadas para a captação de recursos públicos, conforme assevera Paulino (2007, p.112), sendo que a socialização das perdas dos capitalistas tem evidenciado além do

elevado custo social da agropecuária capitalista, a sua própria insustentabilidade enquanto modelo prioritário de desenvolvimento para o campo, diante do fato de que nem mesmo os volumosos recursos públicos disponibilizados até este momento repercutiram em solvência mínima, situação que aliás precede a constituição de monopólios cada vez maiores.

No plano ideológico, a mídia, financiada pelas grandes corporações capitalistas, trava uma batalha desigual com os movimentos sociais de resistência, impondo à opinião pública nacional a tese das vantagens, da eficiência produtiva do agronegócio, graças a uma representação ideológica que o trata como se fosse sinônimo da grande propriedade, supostamente moderna e responsável pelos dividendos da agricultura.

Estrategicamente omissa ao que de fato o compõe, os três setores da economia e, mais que isso, os dividendos oriundos da produção camponesa que, segundo Paulino (2014, p. 132 - 133) somaram 41% do valor monetário arrecadado pela agricultura segundo o contabilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último Censo Agropecuário, credita a pujança da agricultura camponesa, da indústria de insumos, maquinários e mesmo do setor de distribuição de alimentos na conta da grande propriedade, forjando o termo agronegócio.

Assim surge a expressão naturalizada, porém falsa, em que a parte, a agricultura capitalista de escala, é expressa como se fosse o todo, - as agriculturas e os setores pré e pós-produção -, para fazer crer que a primeira, agora batizada de agronegócio “segura o Brasil nas costas”, ignorando os setores não agrícolas e relacionando as formas de produção distintas das da agropecuária capitalista com o atraso, com o arcaico, com a inviabilidade econômica e com a desordem.

Não se pretende, contudo, sugerir que essa fração poderá ser pensada em separado da parte ainda mais expressiva das terras produtivas monopolizadas por grandes proprietários que estão subutilizadas ou ociosas, conjunto esse que está na raiz da questão agrária brasileira.

Para isso serve o conceito de agronegócio, uma vez que segundo a Constituição brasileira, as grandes propriedades improdutivas devem ser desapropriadas para fins de reforma agrária. (PAULINO, 2014, p.129).

Todas estas ações empreendidas historicamente pelo pacto social engendrado há séculos, que formou as bases da economia brasileira, reverberaram no espaço, na

cristalização das desigualdades no campo e na cidade, na concentração das riquezas socialmente produzidas e da terra, na dominação e na subjugação dos elementos necessários para a reprodução do capital.

São os arranjos espaciais ordenados pela barbárie, pela luta de classes propriamente dita (OLIVEIRA, 2003, p.77).

Não obstante, os processos expansivos de culturas fundamentadas na agropecuária capitalista, têm apresentado uma série de desdobramentos socioespaciais, o que tem colocado em xeque as benesses atribuídas ao formato e à estrutura do agronegócio como modelo virtuoso.

Desta forma, a concentração fundiária, a precarização das relações de trabalho e a vulnerabilização da soberania alimentar, inerentes a agropecuária capitalista, tem atestado que por trás da imagem da produtividade e do simulacro de “celeiro mundial”, capaz de gerar dividendos imprescindíveis para o equilíbrio da balança comercial, o agronegócio tem na verdade buscado ocultar sua face concentradora, espoliadora e predatória para o país.

E mesmo diante destes desdobramentos, o Estado não tem titubeado em destinar os recursos que faltam à promoção de modelos sustentáveis de produção agropecuária, para um setor cuja manutenção tem representado um elevado custo social para o Brasil.

Referências

BELLENTANI, N. F. **A territorialização dos monopólios do setor sucoenergético.** Tese (Doutorado). USP: São Paulo, 2014. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01062015-173239/pt-br.php>>. Acesso em 10 set. 2015.

BOITO JÚNIOR, A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. IN: Boito Jr, Armando & Galvão, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000.** São Paulo: Editora Alameda, 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeção do Agronegócio Brasil - 2015/2016 a 2025/2026.** Brasília: MAPA, 2016. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/proj_agronegocio2016.pdf/view>. Acesso em 15 set.2016.

_____. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Estatísticas do comércio exterior**. Brasília: MDIC, 2015.

CANUTO, Agronegócio: A modernização conservadora que gera a exclusão por produtividade. *Revista Nera: Presidente Prudente*, 2004. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1466>>. Acesso em 19 set. 2016.

CARNEIRO, R. M. **Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina**. Santiago: Cepal, 2012. Disponível em <http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/observatorio/Commodities_choques_externos_crescimento.pdf>. Acesso em 10 de nov. de 2016

CEPEA. **Indicadores Econômicos**. Piracicaba: Esalq, 2016.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro à economia do agronegócio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FABRINI, J. R. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1643>>. Acesso em 10 dez. 2015.

FERNANDES, B. M. **O novo nome é agrobusiness**. Presidente Prudente: UNESP, 2004. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf>>. Acesso em 20 set. 2014.

_____. Agronegócio e a Reforma Agrária. **Revista Nera**. Presidente Prudente: UNESP, 2010. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf>. Acesso em 10 jun. 2016.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>>. Acesso em 12 jul.2012.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2006.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, IBGE, 2014. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2013/default.shtm>. Acesso em 10 set. 2014.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, A.U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, I.M. (Orgs). **O campo no século XXI: o território de vida, de luta e de construção de justiça social**. São Paulo: Casa Amarela, 2007. p. 29-70.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In **Revista Terra Livre**. Presidente Prudente: AGB, 2003). Disponível me <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/473>> Acesso em 15 ago. 2014.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. In: **Anais do VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. São Paulo: Estudios Territoriales, 2014. Disponível em <<http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo2/Ariovaldo%20Umbelino%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **La alimentación y la agricultura em America Latina y el Caribe**. Santiago do Chile: 2013. Disponível em <<http://www.fao.org/3/a-i3592s.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2015.

OXFAM. **Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil**. São Paulo: 2016. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf>. Acesso em 10 dez. 2016.

PAULINO, E.T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Unesp, 2007

PORTO-GONÇALVES, W.C. Outra verdade inconveniente – a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. **Universitas Humanística**, Bogotá, n.º. 66 jul.-dez, p. 327-365, 2008. Disponível em <http://www.javeriana.edu.co/Facultades/C_Sociales/universitas/66/14porto.pdf> Acesso em 02 jan. 2015.

Sobre os autores (Informações coletadas do Lattes em 26/03/2019)

Marcos Antônio de Souza

Geógrafo, Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia e História (2009), Mestre (2010) e Doutor em Geografia (2017) pela Universidade Estadual de Londrina.

Como citar esse artigo

SOUZA, M. A. de. A hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: notas para um debate. In: **Revista Geografia em Atos** (Geoatos online), v. 03, n. 10, p. 50-72, jan-abr, 2019.

Devolvido para correção em: 2018-12-13

Aceito em: 2019-01-17